



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 36/X/3.^a

Aos treze dias do mês de Maio do ano dois mil e oito reuniu, pelas quinze horas e dez minutos, na sala três, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 35;
2. Nomeação de relatores **(do PSD)** para o Projecto de Lei n.º 521/X (BE) *Altera os requisitos para a atribuição e as condições do complemento solidário para idosos e simplifica o acesso a esta prestação* e para a Proposta de Lei n.º 197/X (GOV) *Aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem funções públicas* e **(do PS)** para o Projecto de Lei n.º 526/X (BE) *Estabelece a pensão de reforma por inteiro com 40 anos de descontos, sem penalização*;
3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 498/X (PCP) *Garante o acompanhamento pelas associações sindicais de acções inspectivas da Autoridade para as Condições de Trabalho por si solicitadas* – Relatora: Deputada Mariana Aiveca (BE);
4. Apreciação do Relatório Final da Petição n.º 391/X/2.^a – Relatora: Deputada Isabel Coutinho (PS);
5. Apreciação do Relatório da visita à ETAR da Ribeira dos Moinhos, realizada em 29 de Abril;
6. Apreciação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular CDS-PP, sobre a vinda do Senhor Provedor de Justiça à Comissão;
7. Apreciação da proposta do Grupo Parlamentar do PS de visitas à RTP, Banca e CTT;
8. Outros assuntos:
 - Designação do Vice-Presidente do PCP;
 - Ponto da situação do Seminário “Situação Empresarial e Laboral da Cova da Beira”, a realizar na Covilhã, em 03 de Junho de 2008;
 - **20 de Maio 2008: 08H00 às 13H00** - Visita duma delegação da Comissão à VW Autoeuropa, em conjunto com a 6.^a Comissão, com saída da AR;
 - **Proposta de alteração de data** para a audição com Sua Excelência o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vítor Ramalho (PS), iniciou a reunião submetendo à votação a acta número trinta e cinco, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos foram designados relatores do PJI n.º 521/X (BE) o Senhor Deputado Adão Silva (PSD), da PPL n.º 197/X (GOV) o Senhor Deputado Fernando Antunes, tendo a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) assegurado que o relator do PJI n.º 526/X (BE) seria designado posteriormente. Também da Petição n.º 441/X/3.^a foi designado relator o Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD).

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) apresentou de forma sucinta o Parecer sobre o Projecto de Lei n.º 498/X (PCP) - *Garante o acompanhamento pelas associações sindicais de acções inspectivas da Autoridade para as Condições de Trabalho por si solicitadas*. Submetidas à votação as Partes I (Considerandos) e III (Conclusões), foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) apresentou o relatório final da Petição n.º 391/X/2.^a, da iniciativa de Cidália Pinto e Outros, que “Solicitam à Assembleia da República que recomende ao Governo que mantenha o financiamento concedido ao ATL O BUGALHO – IPSS até que o parque escolar esteja devidamente preparado para cumprir o seu papel”. Submetido à votação, foi o referido relatório final aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente apresentou o relatório da deslocação à ETAR de Ribeira de Moinhos, em Sines, que teve lugar no passado dia 29 de Abril, tendo informado que, entretanto, tinha contactado telefonicamente a administração da Sisáqua, sensibilizando-a para o não sancionamento dos trabalhadores despedidos. Integraram a referida delegação parlamentar os seguintes Senhores Deputados: Vítor Ramalho (PS), Presidente; Costa Amorim (PS); Custódia Fernandes (PS); Esmeralda Salero Ramires (PS); Maria Cidália Faustino (PS); Maria José Gamboa (PS); Miguel Laranjeiro (PS); Luís Rodrigues (PSD); Miguel Queiroz (PSD); Mariana Aiveca (BE) e Miguel Tiago (PCP).



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) considerou que aquele relatório traduzia de forma correcta a realidade encontrada e sugeriu que o mesmo fosse divulgado junto da Sisáqua, das Águas de Santo André e dos trabalhadores da Sisáqua.

Também o Senhor Deputado Pedro Quartim Graça (PSD) confirmou a factualidade do relatório, questionando a razão por que a ETAR não tinha sido visitada, ao que o Senhor Presidente esclareceu que tal facto se ficou a dever a dificuldades de agenda.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) disse concordar que, daquele relatório, fosse dado conhecimento a todas as partes envolvidas bem como aos membros do Governo nele referenciados, destacando o conteúdo do relatório da ACT quanto às condições de trabalho degradantes verificadas na ETAR, com implicações na saúde e vida dos trabalhadores, concluindo que é obrigação da Comissão dar seguimento às propostas nele contidas.

O Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) assinalou que a situação descrita no relatório era elucidativa de uma realidade mais generalizada no país do que aquilo que se poderia pensar e referiu-se à incapacidade de diálogo e à crispação de relações verificada num sítio ermo, com um reduzido número de trabalhadores, que culminou na incursão da GNR, que considerou ser de duvidosa legalidade, nas instalações da Sisáqua durante um dos períodos de greve verificados. Considerou útil aquela visita e importante a reflexão feita, por traduzir muito do que se passa no mundo do trabalho.

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) justificou o requerimento apresentado propondo uma audição parlamentar com o Senhor Provedor de Justiça motivado pelo facto de ter sido emitido por aquela entidade “um comunicado demonstrando a sua preocupação pelo facto de, desde 2007, estar a ser negado o acesso a vários trabalhadores independentes à prestação do abono de família”, mais concretamente, a cerca de meio milhão de trabalhadores independentes. Esclareceu igualdade que não poderia sequer ser imposta a vinda do Senhor Provedor de Justiça mediante um requerimento potestativo.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) informou que o PS vota contra aquele requerimento por considerá-lo extemporâneo: é que, tendo o Senhor Provedor de Justiça cumprido a sua função e chamado a atenção do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social para a necessidade de elaborar legislação que altere a forma como



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

são apurados os rendimentos de trabalhadores independentes considerados para efeitos de atribuição do abono de família, foi possível apurar que está a ser apreciada a revisão do código contributivo, em que o abono de família é apenas uma das dimensões nele consideradas, pelo Conselho de Ministros.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), tentando sensibilizar os membros da Comissão, sublinhou o facto de ter sido o próprio Provedor de Justiça a lançar um apelo à Assembleia da República para ser ouvido antes da apreciação do código contributivo.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo CDS-PP rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PCP e do BE.

Passando ao ponto seguinte, o Senhor Presidente frisou que a apreciação da proposta do PS de visitas à RTP, Banca e CTT tem constado das diversas Ordens de Trabalho da Comissão desde há quatro semanas. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou um novo adiamento, porque, no seio do Grupo Parlamentar do PS, não houve oportunidade de consensualizar a proposta a apresentar à Comissão.

Antes de passar ao oitavo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente chamou a atenção dos Deputados relatores das petições que estão em condições de o respectivo relatório final poder ser elaborado e apreciado pela Comissão.

No ponto da Ordem de Trabalhos referente a outros assuntos, foi, em primeiro lugar, designado vice-presidente da Comissão o Senhor Deputado Francisco Lopes.

A respeito do Seminário "Situação Empresarial e Laboral da Cova da Beira", a realizar na Covilhã, em 03 de Junho de 2008, o Senhor Presidente deu conta de que os oradores convidados tinham confirmado as suas presenças, pelo que seriam enviados os convites de seguida.

Do mesmo modo, o Senhor Presidente informou que o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social tinha solicitado a alteração da data da reunião agendada para o dia 20 de Maio, pelas 15 horas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento, em virtude de ser relevante a sua presença numa reunião da concertação social.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), independentemente das datas sugeridas pelo Senhor Ministro, considerou inaceitável tal sugestão, lembrando que aquela data tinha sido aprovada pela Conferência de Líderes. A esta posição juntou-se a do Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP), que, destacando que é o Governo que propõe aos parceiros sociais o calendário das reuniões, questionou se não haveria margem de manobra para a questão ser reequacionada por aquele Membro do Governo.

Do mesmo modo, o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD), subscrevendo o que foi afirmado pelos dois Deputados que o precederam, constatou que o Governo e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social subalternizam a Assembleia da República constantemente e que a última audição daquele Membro do Governo já tinha decorrido nas mesmas circunstâncias. Sugeriu que o Senhor Presidente tentasse gerir aquela questão de outra forma. Também o Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) constatou que a Comissão não ficava bem vista se se limitasse a aceitar a proposta do Governo, porque, apesar de serem muito importantes os trabalhos da concertação social, a Assembleia da República não pode ser subalternizada.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) lembrou que a vinda do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social estava programada desde Novembro de 2007, ano que foi fértil em várias situações nas quais a Comissão andou a reboque do Governo, designadamente nos prazos dados para apreciação de iniciativas legislativas, concluindo que não tem qualquer lógica que uma audição programada há cinco meses seja adiada.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou então uma breve interrupção da reunião. Eram dezasseis horas e trinta minutos.

Os trabalhos recomeçaram pelas dezasseis horas e quarenta minutos, tendo o Senhor Presidente dado conta de que, contactado o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, foi possível apurar que tem havido tolerância por parte da Conferência de Líderes para se proceder à alteração da data daquelas audições, o que já tem sucedido. Assegurou à Comissão que iria tentar manter a audição para a data inicialmente acordada – 20 de Maio. Não sendo possível, ficaria a mesma agendada para o dia 21 de Maio da parte da manhã, ainda que com o seu protesto, comprometendo-se a confirmá-la até à manhã do dia seguinte.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A reunião foi encerrada às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de Maio de 2008.

O PRESIDENTE,

Vítor Ramalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Fernando Antunes
Francisco Lopes
Jorge Strecht
Luís Rodrigues
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Vitor Ramalho
João Portugal
Jorge Machado
Maria Helena Rodrigues
Sónia Fertuzinhos

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Adão Silva